

2

saphetygov

Contratação Pública

saphety.com

Formulário Principal Propostas

Data de Submissão: 04/07/2017 17:34:43

Local de Submissão: Plataforma SaphetyGov (www.saphety.com/saphetygov)

Estado da Submissão: Admitida

Referência do Procedimento: A-4/B-21/2017 Aquisição de serviços de logística para espetáculo musical com a Mariza

Entidade Adjudicante: Câmara Municipal de Vila do Bispo

Referência da Proposta: 0.0

Código da Proposta: 405713

Lote(s) a que apresenta a proposta:

Tipo de proposta: Inicial

Prazo de Execução do contrato/obra (em dias): 1 dias

Fornecedor	Pais	NIF	Valor da Proposta
ALG EVENTOS - PRODUÇÃO E LOGÍSTICA DE EVENTOS, LDA	Portugal	513097511	16215.0

DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP)

1 – Carla Isabel Guerreiro Manuel, titular do Cartão de Cidadão nº 09536505, residente em Rua de Portugal nº 87 em Loulé, com o número de identificação fiscal 204242053, na qualidade de representante legal da firma ALG Eventos Lda, cujo número de identificação fiscal 513097511, com sede em Rua de Portugal, 87 em Loulé, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **"Aquisição de Serviços de Logística para a Realização de Espectáculo Musical com a Mariza"** declara, sob compromisso de honra, que se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 – Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

- a) Proposta;
- b) Memória Descritiva;

3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra que:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
- b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional);
- c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional);
- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal);
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal);

f) Não tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do DL 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei nº 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;

g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho;

h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal);

i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (15) (ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes:

i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º1 do artigo 2.º da Ação Comum n. 98/773/JAI, do Conselho;

ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e no n.º1 do artigo 3.º da Ação Comum n. 98/742/JAI, do Conselho;

iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à proteção dos interesses financeiros das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho de 1991, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão das proposta apresentada pela caducidade de adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra - ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b),d),e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe sejam imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra - ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Loulé, 04 de Julho de 2017

Paula Isabel Guenais (manuscript)

PROPOSTA

Carla Isabel Guerreiro Manuel, titular do Cartão de Cidadão nº 09536505, residente em Rua de Portugal, 87 em Loulé, com o número de identificação fiscal 204242053, na qualidade de representante legal da firma ALG Eventos Lda, cujo número de identificação fiscal 513 097 511, com sede na Rua de Portugal, nº 87 em Loulé, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ajuste directo, tendo em vista a **"Aquisição de Serviços de Logística para a Realização de Espectáculo Musical com a Mariza"** declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ALG Eventos Lda, se obriga a executar o objecto do referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, e legislação aplicável, nos termos seguintes:

Preço Global: €16.215 (Dezasseis mil duzentos quinze euros).

Aos preços apresentados acresce o IVA à taxa legal em vigor.

A proposta tem a validade de 100 dias.

Condições de pagamento até 60 dias da data da fatura.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete em tudo o que respeitar à execução do contrato, ao que se considerar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Loulé, 04 de Julho de 2017

Carla Isabel Guerreiro Manuel

MEMÓRIA DESCRITIVA

ALG Eventos Lda, cujo número de identificação fiscal 513097511, com sede em Rua de Portugal, nº 87 em Loulé, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de Ajuste directo, tendo em vista a aquisição de **Serviços de Logística para a Realização de Espectáculo Musical com a Mariza**", vem desta forma apresentar as características técnicas dos equipamentos propostos:

Palco

O palco apresentado é constituído em estrutura metálica de encaixe rápido o pavimento é em madeira antiderrapante, a cobertura é em lona PVC tipo ignifugo de cor preta.

Camarins e wc's

Os camarins serão metálicos e estão climatizados. Contem electrificação. E todo o mobiliário requisitado pelos riders técnicos dos artistas.

Sistema de Som e Iluminação

O sistema de som e iluminação cumprirá na integra o rider técnico da artista.

Os equipamentos propostos serão montados, desmontados por técnicos qualificados com formação na área.

Coordenação e Produção

A equipa de coordenação e produção destacada para este evento conta com vasta experiencia em eventos destas características.

Loulé, 04 de Julho de 2017

Paula Isabel Guemino (Manuel)

